



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
GTED/SR/PF/PI

## ANEXO VII - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Especificam-se aqui os chamados pontos fundamentais para a elaboração das justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos proponentes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para o adequada satisfação do interesse público.

### 2. REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Conforme explicitado nos comentários do modelo de Termo de Referência da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

*Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:*

*a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;*

2.2. Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução **Empreitada por Preço Global**. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1.977/2013, trecho abaixo transcrito:

*"a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;"*

### 3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. No que tange aspectos técnicos de engenharia, o objeto é a contratação de elaboração de projetos básicos e executivos para construção de Centro de Treinamento Policial na sede atua da

DPF/PHB/PI. Do ponto de vista técnico, todos os serviços listados no Termo de Referência são passíveis de subcontratação, respeitando-se o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- 3.1.1. É vedada a sub-rogação completa da obrigação;
- 3.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;
- 3.1.3. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### 4. **CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS**

- 4.1. A participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, com as devidas justificativas.
- 4.2. No mesmo sentido, o Acórdão TCU n.º 1.165/2012-Plenário, conforme excerto: *“há que se ponderar para o fato de que cabe ao gestor definir qual o caminho a tomar relativamente à participação ou não de consórcios, de forma motivada no âmbito do processo licitatório”*.
- 4.3. Conforme excerto Acórdão TCU nº 1.316/2010 - Primeira Câmara, abaixo transcrito:
- 4.4. *“27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio”*.
- 4.5. O preço estimado para a contratação em tela R\$ 44.014,30 (quarenta e quatro mil, catorze reais e trinta centavos), permite afirmar que não se trata de certame com relevante vulto.
- 4.6. A participação de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, não se faz razoável, pela simplicidade do serviço e, além do mais, poderá restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.
- 4.7. Neste diapasão, a permissão pela Administração, de participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si.
- 4.8. Ante ao exposto, conclui-se que, no caso concreto, a permissão de participação de empresas em consórcio não se consubstancia na melhor opção a ser adotada pela Administração, sendo vedada a participação.
- 4.9. A vedação à participação de sociedades cooperativas justifica-se pela natureza dos serviços e pelo modo como usualmente é executado no mercado.

#### 5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 5.1. A parcela de maior relevância técnica e valor significativo é:
  - Serviços de projeto de edificação comercial ou institucional.
- 5.2. Os profissionais apresentarão Certidão de Acervo Técnico – CAT relacionadas com os serviços acima mencionados, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) de nível superior (engenheiros / arquitetos) executado para pessoa(s) jurídica(s) de direito

público ou privado de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com a parcela de maior relevância técnica e valor significativo da presente contratação, a saber:

5.2.1. Serviços de projeto de edificação comercial ou institucional com área mínima de 100 m<sup>2</sup>.

5.3. Ainda, será exigido da Empresa os Atestados de Capacidade Técnica-Operacional, com apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de atividades pertinentes e compatíveis com a parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber:

5.3.1. Serviços de projeto de edificação comercial ou institucional com área mínima de 100 m<sup>2</sup>;

5.4. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, se assim desejar, realizar vistoria do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, mediante prévio agendamento pelo e-mail [gtd.srpi@gmail.com](mailto:gtd.srpi@gmail.com), com cópia para o e-mail [franca.jff@pf.gov.br](mailto:franca.jff@pf.gov.br). De todo modo, a licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, ou aceitou o risco.

## 6. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

6.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao **não parcelamento** do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

6.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”

6.3. Diante da experiência e conhecimento, por se tratar de serviço comum de engenharia, opta-se pela **contratação conjunta do serviço**, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

## 7. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA

7.1. O objeto do contrato em questão é a contratação de elaboração de projetos básicos e executivos para construção de Centro de Treinamento Policial na sede atua da DPF/PHB/PI.

## 8. SUSTENTABILIDADE

8.1. A execução de serviços, além de observar as características e condições do local e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;

- O deslocamento do entulho deverá ser executado por empresa certificada e seguir as normas municipais, estaduais e federais sobre o tema, com disposição em depósitos controlados, inclusive apresentação de licença de operação;
- acessibilidade; e
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE FRANCA FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 09/11/2023, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=32136808&crc=A1F74346](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32136808&crc=A1F74346).

Código verificador: **32136808** e Código CRC: **A1F74346**.